

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.074 - RJ  
(2019/0135205-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : DANIEL PACHECO FERREIRA**  
**ADVOGADOS : CAROLINA GOULART DE FREITAS MAZOQUE E OUTRO(S) -**  
**MG137271**  
**AMANDA THEODORO - MG137354**  
**EMBARGADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES -**  
**ANTT**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por DANIEL PACHECO FERREIRA à decisão de fls. 235/236, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que

Entretanto, tal decisão não merece prosperar, uma vez que a publicação da última decisão nos autos referente aos embargos de declaração ocorreu 29/10/2018, sendo o Recurso Especial interposto em 20/11/2018 tempestivo, consoante certidão de publicação emitida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Fazendo uma narrativa de todos os recursos e decisões presentes nos autos, nota-se que aqueles foram interpostos tempestivamente, senão vejamos: [...]

Assim, resta claro que a decisão denegatória do Recurso Especial foi publicada em 05/02/2019, consoante certidão de publicação emitida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e por esta razão, o Agravo em RESP interposto em 26/02/2019 também é tempestivo.

Neste diapasão resta evidente que a decisão embargada observou tão somente a publicação do acórdão do recurso de apelação, não levando em consideração assim que após tal decisão foram interpostos agravo interno e embargos de declaração, que interrompem os prazos recursais (fls. 239/240).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

# Superior Tribunal de Justiça

O agravo interno não é o recurso cabível contra a decisão do tribunal de origem em juízo de admissibilidade de recursos especiais não submetidos ao rito dos repetitivos. Assim, sua interposição equivocada não interrompe nem suspende o prazo para a apresentação do recurso cabível, que, no caso, é o agravo previsto no art. 1.042 do CPC (AgInt no AREsp n. 875.048/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 3/2/2017).

Em tese, os embargos de declaração têm o condão de interromper o prazo para a apresentação do recurso cabível (art. 1.026 do CPC). No entanto, por natureza, são integrativos, ou seja, não substituem a decisão embargada. No caso, os aclaratórios foram apresentados contra a decisão que indeferira o processamento do agravo interno, uma vez que absolutamente incabível, ou seja, os embargos integraram um recurso manifestamente inadmissível.

Portanto, a oposição dos embargos não possibilita recomeçar o prazo recursal do agravo em recurso especial, que foi apresentado contra agravo interno anterior que não interrompera a contagem do prazo por ser manifestamente incabível.

Ademais, os embargos de declaração (fls. 155/159) opostos à decisão que inadmitiu o recurso especial não são o recurso adequado ou cabível no caso, ou seja, não interrompem o prazo para a interposição do agravo previsto no art. 1.026 do CPC.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp n. 157.670/RJ, Segunda Turma, relator Ministro Humberto Martins, DJe de 19/10/2012; e AgRg no Ag n. 1.335.961/RS, Quarta Turma, relator Ministro Marco Buzzi, DJe de 27/11/2012.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

